

ATA N.º 4/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DE

29/04/2019

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.º Pedro Nunes, 2.ª Secretário, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**PONTO DOIS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2018 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2018 e a respetiva avaliação.**

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 4ª. revisão orçamental e 4ª. revisão às GOP's – Ano de 2019**-----

-----**PONTO QUATRO: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a Administração Local e diplomas setoriais – Educação e Saúde – votação, em harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, conjugado com o disposto nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----**PONTO CINCO: Aprovação de minuta protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia de Mira, no âmbito da Proteção**

Civil, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto nas alíneas k) e v) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação do Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária. -----

-----PONTO SETE: Autorização para cessão da posição contratual - concessão de exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira, nos termos e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação-----

----- PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.-----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Edite Domingues Custódio em substituição de Regina serrano, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borrvalho ,Carlos Jorge dos Santos Nora, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, João Augusto Ribeiro de Sousa em substituição do Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Sr.ª Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Mário de Jesus Manata em substituição da Sra. Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, João Luís dos Santos de Pinho em substituição do Sr. Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Américo Páscoa, Zélia Domingues Morais em substituição João André Reigota Gomes, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Luís Filipe Alcaide Antunes, Sara Patrícia Ferreira Braguês em substituição da Sra.

Marta Sofia Cunha e Silva, Prof.^a Maria Clara Simões Clemente, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e o Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----FALTAS-----

-----Verificou-se a falta da Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, Sra. Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Hugo Gomes e João André Reigota Gomes -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às quinze horas e vinte e cinco minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----INFORMAÇÕES-----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes do pedido de renúncia do Dr. Marco António de Melo Santos e que o Sr. Luís Filipe Alcaide iria substituí-lo. -----

---- De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ato eleitoral ocorrido em 01/10/2017 e nos termos do artigo 76º., conjugado com artº. 79º. da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, cujo apuramento geral foi publicado através de edital de 03 de outubro de 2017. -----

-----Posto isto, o mesmo prestou Juramento Legal, ao qual se seguiu uma salva de palmas e os votos de boas-vindas à Assembleia Municipal, por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---- Interveio o **Sr. Tiago Lopes** saudou todos os presentes e falou acerca da vacinação, uma vez que o próprio fazia parte de uma comissão de “Não Vacinação”. Passou a explicar que o sistema de vacinação era fraudulento no sentido que não explicava como a maioria das vacinas era prejudicial para a saúde. -----

---- Em resposta o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** disse que se o mesmo quisesse fazer chegar informação aquela Assembleia que os serviços faziam com que tal se concretizasse. No entanto, a sua opinião era contrária, pois, como todos sabiam, era médico. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que cumprimentou todos os presentes, explicou que aquela intervenção era para fazer alusão à descentralização e que inclusive vinha um diploma àquela Assembleia sobre a não aceitação das Competências na área da Saúde. Não se aceitou aquelas competências, mas a mesma só se remete à parte administrativa e não à científica. -----

---- Interveio o **Sr. João Milheiro** saudando todos os presentes, explicou que estava ali por causa de assuntos inerentes à Praia de Mira e os quais ia enumerar de seguida. Começou pela falta de sinalética e deu como referência a Avenida Principal (a marginal, entre a Capela e o cruzamento para a GNR – Guarda Nacional Republicana) eram 12 e que alguns sítios eram perigosos. A segunda questão era sobre uma empreitada que houve de arruamentos na Praia de Mira e que gostava de saber quais as ruas intervencionadas. A terceira questão era acerca dos moloques (contentores do lixo enterrados) e a sua expansão uma vez que o Sr. Presidente da Câmara disse em outra Assembleia que seriam colocados mais e até ao momento não havia mais nenhuns colocados além dos que estavam. O quarto ponto era o Campo do Touring, e aquilo teria a ver com

o que estava escrito no Plano de Ação Estratégico Municipal, pois estava escrito, em páginas diferentes, ações diferentes, que eram a realocação ou a requalificação e gostava de saber qual era a posição exata da Câmara. O quinto ponto era as ruínas na Avenida da Barrinha, havia ali um terreno com três paredes “ao alto” e era, na sua opinião, um mau “postal” tanto para a Praia de Mira como para o concelho, queria saber para quando a limpeza e demolição do mesmo. Quis saber se haveria pretensão de colocar rampas na Marginal da Praia de Mira, nomeadamente, em frente ao Restaurante Custódio e ao Sálix, pois, a praia seria uma praia de acessos facilitados e de bandeira azul. -----

---- O seu último ponto disse respeito aos estacionamento à entrada da Praia, lembrou que em 2013 era Vice-Presidente da Câmara o Sr. Nélon Maltez e que se discutiu aquele problema. No entanto, sugeriu que se entrasse em acordo com os proprietários de alguns terrenos que estavam por construir na entrada da Praia de Mira e que ali caberiam centenas de automóveis e que assim, se retirava tráfego dentro da vila, principalmente, na época balnear. -----

---- **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara** -----

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (EM RESPOSTA À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO)**-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por realçar a intervenção cívica do Sr. João Milheiro. Iniciou as suas respostas pelo ponto da sinalética informando que vinha naquele dia à Assembleia Municipal uma quarta revisão orçamental e uma das inclusões era para a aquisição de sinais. Foi aprovado em Reunião de Câmara e aprovada na reunião para a época balnear uma alteração ao trânsito na Praia de Mira, em que estiveram algumas entidades (GNR, Presidente da Junta de Freguesia da Praia, Bombeiros, entre outros), pensa que até ao início da época balnear aquelas alterações estivessem feitas. As alterações passavam pela colocação e substituição de sinalética e algumas pinturas (“passadeiras”).-

---- Informou o Sr. João que ia juntar o ponto do estacionamento e o do campo

do Touring, pois, estavam interligados. A realocação do campo do Touring não fazia sentido. Ambos, eram matéria muito sensível dado a sua localização. Tudo o que ali se fizesse teria que se pedir pareceres a várias entidades. No dia 29 de março submeteu-se à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, uma candidatura para a requalificação do parque de estacionamento da Praia de Mira e também do parque de estacionamento do Poço da Cruz. No entanto, continuavam à espera de pareceres e da cotação que lhes era atribuída. -----

---- Relativamente à questão dos moloques, obviamente que estavam a tentar a colocação de mais moloques, junto à restauração para fazer face ao acréscimo de lixo produzido nas épocas altas, como por exemplo, no Rua Raúl Brandão. --

---- A situação da Avenida da Barrinha era das complicadas, já tinham notificado os proprietários e a demolição pode acontecer quando existia falta de condições de salubridade ou segurança. No seu entender a falta de segurança não se aplicava, por isso, pensou-se em colocar painéis de proteção em todo o perímetro daquela casa. -----

---- No que dizia respeito às rampas de estacionamento haviam quatro para se fazer antes do verão e que naquele momento estava-se a submeter uma candidatura no programa que se chamava “Acessível Mais” , terminava o prazo de submissão no dia seguinte. -----

----De seguida, não havendo mais intervenções do público, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.-----

----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----**APROVAÇÃO DE ATAS**-----

----**ATA DE 28 DE JUNHO DE 2018**-----

---- Interveio o **Dr. Paulo Grego (PS)** que, se enganou na data e achava que se estava a falar de outra ata que vinha para ser aprovada. -----

---- Interveio a **Coordenadora Técnica Sra. Olívia Eulálio** que a pedido do Sr.

Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que aquela ata já teria sido disponibilizada para correção e o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira** sugeriu alterações à ata e foi então retirada. Posteriormente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia notificou para apresentação das alterações que queriam ver ali plasmadas, mas como nunca se recebeu qualquer alteração a mesma estava ali para aprovação. -----

---- Interveio o Sr. **Presidenta da Junta de Freguesia da Praia de Mira** que alegou que a bancada do partido socialista nunca recebeu qualquer documento via email ou papel para proceder-se a correções. Segundo ponto haveria falha no que se acabou de dizer pois, na própria reunião detetou-se que haveria de haver correção. Disse não compreender aquela maneira de agir e era deselegante por parte daquela Assembleia. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que, esclareceu a situação dizendo que foram o mais correto possível ao dar a possibilidade de correção, mas até aquele momento não foi dado qualquer documento com as correções para se colocar naquela ata. Esperou-se o tempo máximo, portanto, a ata iria ser colocada à votação tal como estava. Questionou, se havia mais alguma coisa a dizer. -----

---- Em resposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, interveio o **Dr. Paulo Grego (PS)** que disse, que a aprovação da ata estaria a ser forçada de alguma forma. Ressalvou que em todas as reuniões que já teria vindo, qualquer coisa que se quisesse alterar/acrescentar à ata dizia-se ali e era alterado de imediato. E eventualmente, lembrou-se que era o Presidente da Junta de Freguesia a fazer chegar correções aos serviços, mas ele já tinha feito a correção ali e se o Sr. Presidente da Junta achou melhor entregar aos serviços e não fez chegar por esquecimento ou falta de tempo isso já não sabia. Disse não achar que estavam reunidas as condições para a sua bancada votar aquela ata, uma vez que tinha sido de opinião unanime que a ata não refletia o que se tinha passado na reunião. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Mesa de Assembleia** esclareceu que o que teria sido dito naquela assembleia foi que, dava-se a possibilidade ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia fazer a correção para que não houvesse problemas. Os serviços enviaram ofício e até aquele dia haveria qualquer resposta e estava a ser colocado em questão o funcionamento dos mesmos. Foi dada oportunidade de correção por escrito e como o mesmo não foi feito a ata foi retirada para posterior aprovação. -----

-----**ATA DE 29 DE SETEMBRO DE 2018**-----

---- Interveio o **Dr. Paulo Grego (PS)** que, afirmou saber de alguns problemas na gravação áudio daquela ata e aqueles problemas eram mais que evidentes no texto final da mesma. No entanto, disse estar disponível para se reunir com os serviços de forma a poder contribuir para a versão mais fidedigna possível para aquela ata. De qualquer forma abordou certas situações que recordava, tais como, a intervenção do Dr. Francisco Reigota que foi demasiado extensa e ali estava uma pequena parte. Na página 13 na intervenção do Sr. Pedro Nunes quando o mesmo fez eloquência ao 25 de abril, entre outros, assuntos também não estava explanado ali. Na página 15 quando ele próprio fez uma alusão à inclusão de um novo ponto e mais algumas linhas quanto ao tema da Lusíaves não estava na ata. Continuou, na página 18 aquando da intervenção do Sr. Gabriel Pinho que fez alusão ao Sr. Carlos Monteiro. -----

---- Reportou o **Sr. Carlos Nora (PS)** para um erro na página 13 onde se lia “...rua escolar...” devia estar, “rua das quartas”. -----

---- O **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** referiu que relativamente, à ata nº6 de 2018 não ia proferir todas as que estavam erradas como teria feito o Sr. Dr. Paulo Grego (PS). Havia inúmeras falhas na sua opinião e esperava que, dali a 2 ou 3 meses fosse feita uma notificação a algum presidente de junta ou a algum membro daquela bancada (PS) e se ninguém responder em tempo útil aquela notificação e que depois a ata venha novamente, para validação. Ressalvou que a única coisa que aquela bancada pedia era isenção, respeito e correção. -----

---- O **Sr. Américo Páscoa (MAR)** deixou a sua palavra de apreço a que fazia aquele trabalho (elaboração de atas) pois, as Assembleias Municipais não seriam fáceis e algumas eram mais complicadas que outras. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa de Assembleia** esclareceu que o regulamento daquela Assembleia não obrigava a que as atas tivessem de ter todas as palavras ali proferidas. As atas tinham era a obrigação de plasmar as ideias principais. Concluiu, dizendo que o que era feito ali pelos serviços era primoroso por parte dos mesmos. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** quis deixar uma palavra de apreço e agradecimento aos serviços que faziam as atas e tudo o que estava inerente aquelas reuniões. -----

---- A final as duas em apreço (28/06/18 e 29/09/18), foram retiradas para correção e aprovação em sessão posterior. -----

---- **INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:** -----

---- Iniciou o **Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidenta da Junta de Freguesia da Praia de Mira** que afirmou ter retido ao longo de algumas Assembleias que algumas das questões “levantadas” por si, não teriam tido resposta. Abordou o 25 de Abril no sentido de direitos e igualdades, porque muitas vezes eram esquecidos. Ressalvou que o tempo que dispunha como Presidente de Junta de Freguesia da Praia de Mira, usava-o como bem entendesse. -----

----- Quanto a situações que já se tinha ali falado, relativamente, a habitações danificadas e com mau aspeto, disse que as mesmas já estariam assim há algum tempo e que durante os últimos anos se teria falado muito, mas não se teria feito nada. Referiu que um membro do PSD (Sr. Luís Alcaide) teria dado a sugestão de colocar painéis em volta das mesmas. Deu uma sugestão ao executivo foi no sentido de não ficarem a estudar e analisar, mas sim que atuassem, pois, havia 6 anos de mandato e até ao momento nada teria sido feito. Mais disse, que poderia dar inúmeros exemplos tais como, os “jacintos”. Pediu ideias e atitudes ao executivo. Concluiu a sua intervenção, falando das raízes que estavam

espalhadas e que até ao momento nem o ICNF nem a CMM teriam feito alguma coisa. -----

---- O **Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos** disse ter passado pela estrada do Matadouro e que estavam lá em limpezas, não teria a certeza dos metros que estavam a ser limpos, no entanto, gostava de saber se aquela limpeza seria para as quatro freguesias. -----

---- Enfatizou o facto de nas comemorações do 25 de Abril a Câmara Municipal de Mira ter homenageado as Associações do Concelho, pois aquelas davam um contributo inestimável ao Concelho. Visto que aquela data não dizia respeito a qualquer partido, achou estranho que ninguém do Partido Socialista tivesse aparecido (nem Vereadores, nem Membros daquela Assembleia). Levantou a questão se os convites teriam sido feitos de igual forma para todos. -----

---- Iniciou o **Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira** Informando que um dos pontos que ia falar era aquele que o seu colega já tinha falado que foi a limpeza de terrenos, bem como a necessidade de fazer uma intervenção na ponte entre Portomar e Cabeço. Já tinha alertado para aquela intervenção em algumas reuniões de Assembleia Municipal. -----

---- Quis salientar que devido às condições atmosféricas que se estaria a ter, as limpezas que eram feitas surtiam efeito por pouco tempo, pois as ervas, principalmente, voltavam a crescer de uma forma muito rápida. Referiu ainda, que o concelho era atravessado por 2 Estradas Nacionais e que aí era difícil intervir, no entanto, pediu para a CMM fazer pressão junto das autoridades competentes para que as mesmas fossem limpas. -----

---- Em resposta o **Sr. Vice-Presidente Nelson Maltez** explicou que as limpezas às faixas secundárias/proteção estavam a ser feitas segundo a legislação em vigor. Salientou que as limpezas às faixas de proteção se estendiam a todo o concelho. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira disse que relativamente à falta de respostas estava

a trabalhar para que as mesmas fossem dadas atempadamente. -----

---- Informou que havia uma comissão técnica que analisava todas as estruturas que se encontravam e risco, deu como exemplo o prédio perto do bar *Texas*, na Praia de Mira. -----

---- A questão das raízes estava a ser tratada, inclusivamente algumas delas que estariam junto às pistas ciclo pedonais já teriam sido enterradas. No entanto o ICNF informou os madeireiros para procederem ao tratamento devido, das mesmas. -----

---- A praga dos jacintos requeria sempre uma intervenção, lembrou que na última limpeza teriam sido vários os camiões de “jacintos” que tinham sido retirados com aquela limpeza. Mais disse que sempre que era possível aquela limpeza era feita. Lembrou que os “jacintos” eram uma praga e como tal não se conseguia acabar com ela de uma maneira definitiva. Já houveram reuniões com várias universidades para se fazer um estudo relativamente aquela praga e como terminar com ela. -----

---- Em resposta ao deputado **Presidenta da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho** informou que os convites teriam seguido para todas as pessoas, de forma igual para toda a gente. Foi uma cerimónia, que na sua opinião teria corrido muito bem. Quis mostrar o seu apreço e enaltecer o trabalho que era desenvolvido por todas aquelas IPSS´s (Instituição Particular de Solidariedade Social). -----

---- Relativamente à intervenção do **Sr. Prof. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira** o que tinha a esclarecer era que já se teria feito o contacto com a Estradas de Portugal relativamente, EN109 para se cumprir com o acordo feito, no que respeitava à limpeza que deveria ser feita. -----

---- Relativamente à ponte do Cabeço de Mira, informou que já havia projeto e que naquele momento estava na fase de abertura de procedimento. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** que demonstrou preocupação com o despedimento do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, pois, era ele que estava a acompanhar o processo das descargas dos efluentes. Aludiu ainda, para aquele processo não cair em esquecimento. -----

---- Outra situação que referiu, foi a situação das limpezas das valas no concelho. Sugeriu, portanto, que, fosse criado um grupo de duas pessoas para (fazerem uma manutenção de forma regular e não de forma pontual, como tem sido. Desta forma seria possível uma manutenção entre seis a sete anos de forma mais rentável economicamente nos percursos: Ermida- Casal de S. Tomé / Casal de Tomé – Lagoa / Lagoa -Praia de Mira e Praia de Mira – Areão) fazerem os percursos e assim, saber onde seriam necessárias as intervenções de limpeza.

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Carlos Nora (PS)** que falou um pouco acerca da história, nomeadamente, da Estátua do Infante D. Pedro e da sua importância. Mais disse, que o mesmo teria sido o dono das terras de Coimbra, Montemor e Mira e como a sua estátua estaria em Mira, nomeadamente, no centro da vila, dever-se-ia aproveitar mais este facto, para fins promocionais (exemplo: postais, brindes, estatuetas, etc). -----

---- Quis lembrar que no passado dia 20 de fevereiro foi feita uma grande homenagem no Tribunal da Relação de Coimbra sobre a figura de D. Pedro, onde esteve presente e cerca de 10 pescadores da Praia de Mira também. Ter-se-á falado muito de Mira, especialmente o Dr. Alfredo Marques. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Luís Alcaide (PSD)** que se referiu à Praia de Mira e ao excesso de velocidade, nomeadamente na Rua Manuel Milheirão, aquela rua precisaria de uma intervenção rapidamente. E todos deveriam estar despertos para aquele tema e situação em concreto. -----

---- A segunda questão abordada foi, a rua que ia desde a GNR aos viveiros, na Praia de Mira, ou seja, dar uma cara nova aquela zona e aproveitar aqueles espaços criando infraestruturas para atrair os jovens para aquela zona (por exemplo: construção de um skate park). -----

---- A terceira questão estava ligada à falta de brio nas rotundas do concelho, na sua opinião dever-se-ia fazer alguma coisa pois, as pessoas quando nos visitam gostam de ver as coisas bonitas e asseadas. -----

---- Em resposta às questões e temas colocados até aquele momento o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que o despedimento do Sr. Secretário de Estado do Ambiente teria sido uma grande perda. No entanto, o atual Secretário de Estado também iria ser colocado ao corrente de toda a situação e que a mesma não estaria esquecida. Informou ainda, que até aquele momento não haveria resposta quanto à providência cautelar. -----

---- A limpeza das valas estaria programada bem como o leito das valas também. Lembrou que havia sido feito uma maior limpeza com os militares e que teria de se começar a pensar a fazer o mesmo novamente. -----

---- Disse subscrever as palavras do Sr. deputado Carlos Nora relativamente, à importância do Infante D. Pedro para o nosso concelho. -----

---- Em resposta ao Sr. Luís Alcaide, disse que para diminuir o excesso de velocidade naquela zona, teria que se estudar bem como fazer até porque aquela estrada contemplava duas faixas de rodagem. -----

---- A zona da varanda verde já estava a ser intervencionada tanto na limpeza como na colocação de mais algumas mesas para assim se poder desfrutar melhor daquela zona. -----

---- A rotunda maior, nomeadamente, da variante, pertencia à Estradas de Portugal, no entanto, já se teria proposto um protocolo de para a CMM poder proceder a uma intervenção da mesma. -----

---- Tomou o uso da palavra a **Sr.ª Prof.ª Vera Manco (PS)** que alertou para o estado degradante em que o Sítio do Cartaxo se encontrava. Tinha muito lixo espalhado bem como madeiras estragadas e na sua opinião era triste um sítio daqueles estar daquela maneira ao abandono, por isso, pedia uma intervenção tão rápida quanto possível. -----

---- Tomou o uso da palavra a **Sr.ª Prof.ª Clara Clemente (PSD)** que agradeceu

ao Sr. Presidente da Câmara pelas respostas às solicitações que lhe teria vindo a fazer ao longo de todo aquele tempo. -----

---- Aludiu para o facto da estrada principal da Barra de Mira devido aos seus “longos” quilómetros precisar de uma intervenção urgente para que os moradores se sintam mais confortáveis, pois a velocidade que os automóveis atingem era bastante grande. -----

----Outro ponto que abordou foi a ponte da praia do Poço da Cruz que estava caótica e precisava de intervenção. -----

---- Questionou por motivos de gestão, de limpeza, manutenção, se seria possível tirar as podas que, ainda se encontravam por lá. -----

----Tomou o uso da palavra o **Sr. Luís Pinho (PS)** e disse que aproveitava o que a sua colega de bancado teria falado quanto à falta de limpeza, tanto na Lagoa como no restante concelho. Voltou a referir a falta de manutenção e a falta de limpeza, nomeadamente, em vazar o lixo que se encontra por todo o lado tanto nos contentores que lá se encontram espalhados bem como o lixo que se encontrava no chão ao redor dos mesmos. Sugeriu um projeto que contemplasse um “corredor” verde entre o nosso Município e Cantanhede. Sublinhou para o facto de se continuarem a fazer descargas e o assunto talvez ainda, não tivesse sido abordado de uma forma radical como alguns gostavam que fosse. Referiu que os Jacintos naquele momento, eram um mal menor pois, graças a eles as águas teriam alguma limpeza. -----

---- Questionou qual era a situação do canil Municipal. -----

---- Quis dar nota de uma atividade de plantação de árvores que decorreu há cerca de uma semana nas margens da Barrinha em conjunto com uma associação local que foi a AECO - Associações De Defesa Do Ambiente, Junta de Freguesia da Praia de Mira e dos Viveiros da Quinta. -----

---- Concluiu a sua intervenção com a seguinte frase “O dizer não é uma ação de Liberdade”. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para assim poder

responder às intervenções dos senhores deputados. Relativamente à Lagoa, uma parte estava protocolada com a Junta de Freguesia de Mira e pelo que sabia já houve intervenção, mas que talvez fosse necessário fazê-lo naquele momento novamente. -----

---- Referiu que a estrada da Barra de Mira era um problema, e que começava pela questão das pinturas (estavam muito degradadas) para assim, se poder regular uma estrada como aquela, tão perigosa. -----

---- Em relação à praia do Poço da Cruz, obviamente que se iria lá fazer uma intervenção pontual. No entanto, havia um projeto para o parque de estacionamento lá existente. -----

---- As podas e a sua retirada tinha de ver o que se passava pois, era serviço que estava protocolado com as juntas de freguesias locais. -----

---- Ressalvou qua a nível florestal, era o ICNF que levava a cabo aquela missão, entre outras, plantação e reflorestação das matas nacionais, juntamente com algumas entidades (por exemplo: técnicos de universidades). -----

---- Relativamente ao canil, esclareceu que estava no bom caminho e que se estava a fazer o projeto e respetivas especialidades e que o mais difícil já estaria ultrapassado. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que quis fazer um registo de agrado no dizia respeito às refeições escolares já serem pagas por débito direto. -----

---- Mostrou a sua preocupação relativamente à mudança de Secretário de Estado, pois, era necessário colocar o novo Secretário de Estado a par da situação, das descargas do nosso concelho. -----

----Questionou sobre o ponto da situação do problema ali apresentado pelo cidadão Ricardo Rocha Diniz, na anterior sessão ordinária e fez ainda uma alusão `intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, sobre as ausências dos membros do PS nas comemorações do “25 de Abril”,

questionando se o mesmo teria acesso à justificação das faltas e se não saberia que a abstenção também era um direito.-----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Pedro Nunes (PSD)** que não quis deixar de dizer que a isenção seria de respeitar, mas ressaltou que a cerimónia do 25 de abril teria sido de grande importância e relevo naquele ano. Disse ter orgulho da sua participação na revolução do 25 de abril de 1974. Rematou a sua intervenção com uma frase conhecida “Às vezes vale a pena pensar nisto”. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Gabriel Pinho (PSD)** que deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela maneira como distribuiu os dinheiros públicos e por não discriminar nenhuma freguesia do concelho. -----

---- Ressaltou que a obra que estavam a levar a cabo na Praia de Mira (avenida da Barrinha) era de grande importância. -----

---- Alertou, no entanto, que na sua freguesia ainda, havia estradas a necessitar de asfalto/alcatroar. -----

---- Em respostas aos Senhores Deputados o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que já falou com o novo Secretário de Estado e o teria colocado a par de toda a situação do concelho, no entanto, iria voltar a reunir-se com ele logo que possível. -----

---- Notabilizou que todas as freguesias tinham necessidades e que o que tentava fazer era distribuir de uma forma equitativa por todas. -----

---- Frisou que haveria trabalhos/obras a começar por todo o concelho, como por exemplo: a reconstrução dos balneários em Mira, na zona do Bairro do Areeiro (Casal de São Tomé), entre outras. -----

---- Relembrou que quando o empréstimo fosse aprovado, haveria intervenção na rede viária por todas as localidades. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. João Sousa (PS)** que questionou acerca do jardim de Portomar, nomeadamente, dos cedros que lá estavam. -----

---- Respondeu o **Sr. Presidente da Câmara** explicando que os jardins públicos já estavam para ser intervencionados, nomeadamente, com a Junta de

Freguesia e algumas comissões de festas. -----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

---- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

---- O Sr. **Prof. Paulo Grego (PS)** deixou nota que havia uma falta na parte inicial daquele relatório, a área jurídica tinha desaparecido e que haveria lapsos por todo aquele documento. Disse que já tinha alertado para aquele tipo de falhas na última reunião de Assembleia. Aludiu para a página 28, nos compromissos por pagar e comparou os valores com período homólogo, na pág. 29 nas dívidas a terceiros e pagamentos em atraso´.-----

---- Respondeu o **Sr. Presidente da Câmara** explicando que era uma obrigação legal fazer o relatório. No entanto, fez referência ao cálculo que era feito com as despesas do pessoal e que aquele compromisso não era feito anteriormente. Daí o grande aumento do passado ano para o que estava atual. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

----**PONTO DOIS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do n.º. 2, do art.º. 25.º. do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2018 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2018 e a respetiva avaliação.**

---- O Sr. **Presidente da Câmara** explicou o documento deixando algumas notas relativas ao relatório de contas e deu nota que era um trabalho muito penoso e demorado e deixou um agradecimento em especial ao Dr. João Rocha. Aludiu para a redução de dívida e que era um processo bastante rigoroso. Referiu a AIBAP, nomeadamente, no abatimento de 500 mil euros naquela dívida (banca, fornecedores). Falou que havia uma taxa de execução 74,5%, ou seja, $\frac{3}{4}$ do

orçamento. Ambicionava mais para o próximo ano. Havia receitas por validar, nomeadamente, dos fogos, pois já se tinha gasto dinheiro e adquirido material, mas, não tinham sido ressarcidos de qualquer valor. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que concordou que aquele trabalho devia ser parabenizado, pois estava lá muito esforço. -----

---- Fez referência à página 29, curiosamente só 93 funcionários é que participaram em formação profissional, sendo que, foram assistidas 848 horas de formação o que dava uma média de 9 horas de formação a cada funcionário. Havia uma lacuna muito grande, até porque não foram os funcionários todos e o valor pago por aquela formação era cara. -----

---- Referiu que as questões das dívidas eram sempre complicadas e para quem não percebia nada daquilo, pior. -----

---- No que tocava às despesas com o pessoal, estava mais que explicado onde é que tinha subido. Relativamente ao número de efetivos é que não concordaria, pois, a despesa com pessoas externas, tarefeiros, avenças e outros mecanismos a pessoas singulares que não funcionários da autarquia, tinham aumentado. --

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Carlos Nora (PS)** que falou acerca das dívidas a terceiros, referindo que tinha havido um aumento à entidade “Águas do Centro Litoral” do passado ano para o atual. -----

----- Fez referência à empresa “Egor Consulting” e consequentemente o valor que estava em dívida para a mesma. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por explicar que em 2017 houve a reversão da insolvência da AIBAP, ou seja, explicava os valores mais altos. --

----- Explicou que a “Egor Consulting” era uma empresa de trabalho temporário daí aquele valor em dívida. -----

----- Disse que era defensor de que todos deviam fazer formação profissional, mas as áreas eram mais específicas para os funcionários municipais. Mas que naquele momento já começava a haver um leque maior de formação para os mesmos. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Luís Alcaide (PSD)** que parabenizou a equipa Municipal pelo facto de ter havido uma redução na dívida, numa redução de efetivos. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Luís Pinho (PS)** dizendo que as pessoas no geral menosprezam os funcionários públicos. E se falarem em aumentar o número de funcionários as pessoas falavam logo, acha, portanto, que se devia explicar mais concretamente o porquê dessas contratações. -----

---- Respondeu o **Sr. Presidente da Câmara** que explicou que o Município tinha uma singularidade que era um grande número de funcionários que estavam nas escolas (cerca de 60 assistentes operacionais). Os restantes estavam divididos por outros serviços e assim, não havia equipa técnica para muitos dos trabalhos que tinham de ser e eram feitos. No entanto, afirmou que o quadro da Câmara um dia tinha que ser atualizado. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria com oito votos contra do PS, uma abstenção do MAR e os restantes votos a favor por parte do PSD.**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 4ª. revisão orçamental e 4ª. revisão às GOP's – Ano de 2019**-----

---- Não houveram intervenções. -----

----- **VOTAÇÃO**-----

---- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria com oito votos contra do PS, uma abstenção do MAR e os restantes votos a favor do PSD.** -----

-----**PONTO QUATRO: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a Administração Local e diplomas**

setoriais – Educação e Saúde – votação, em harmonia com o disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, conjugado com o disposto nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. -----

---- Começou por explicar o ponto o **Sr. Presidente da Câmara** que eram dois diplomas que vinham àquela reunião, a Educação e a Saúde. No diploma da Saúde estariam à espera de novos valores pois, os primeiros valores apresentados foram contestados, afirmou ainda que, a informação que havia era pouca. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** que falou do estado de degradação em que a escola secundária se encontrava pois, havia necessidade de uma intervenção de fundo e insistiu para que a autarquia exigisse às entidades competentes melhores condições visto que no nosso Município só existia 1 Agrupamento de Escolas. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que gostava de saber de que forma estava a votação da Assembleia Municipal de Coimbra ao recusar as Transferências de Competências para a CIM. -----

---- Aquelas duas transferências eram as que mexiam mais diretamente com as pessoas e aquelas que mexiam mais com as Câmaras Municipais, claro. No entanto, ambas eram as mais importantes aceitar do seu ponto de vista. -----

---- Respondeu o **Sr. Presidente da Câmara** que deixou nota que concordava que aquelas duas transferências de competências eram as mais importantes. No entanto, havia situações e intervenções muito importantes e onerosas pelas quais a Câmara Municipal não tinha capacidade para tal. Só na escola secundária, já foi feito pelos técnicos municipais um levantamento de custos e rondavam 1 milhão de euros. -----

---- Na sua opinião, tudo tem que ficar bem especificado por parte do governo. -

---- **VOTAÇÃO:** -----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria com 8 abstenções do PS e os restantes votos a favor do MAR e PSD.** -----

----**PONTO CINCO: Aprovação de minuta protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia de Mira, no âmbito da Proteção Civil, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

---- Não se verificaram intervenções neste ponto da ordem de trabalho. -----

---- **VOTAÇÃO:** -----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.** -----

----**PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto nas alíneas k) e v) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação do Regulamento Municipal de Atribuição dos Donativos Financeiros – Conta Solidária.** -----

---- Começou o **Sr. Presidente da Câmara** por dizer que após os incêndios de outubro 2017 foi criada uma conta solidária e ficou na altura decidido que quem iria gerir eram os Presidentes de Junta e da Câmara. Durante algum tempo se pensou como se ia investir o dinheiro e decidiu-se então que o mesmo seria usado para aqueles que perderam totalmente as suas habitações (móveis, eletrodomésticos, etc). -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** que disse que aquele ponto devia ser tornado público. -----

---- **VOTAÇÃO:** -----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria com 8 abstenções do PS.** -----

---- **Declaração de voto:** -----

---- O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, Dr. Francisco Reigota, declarou que a abstenção do PS não tinha nada a ver com o regulamento em apreço, mas sim com a gestão e atribuição de donativos ao longo do tempo, e porque durante muito tempo não se soube o que se passava com a conta solidária. Referiu não havia qualquer desconfiança que alguém tivesse mexido no dinheiro, mas devia ter havido mais informação. -----

----**PONTO SETE: Autorização para cessão da posição contratual - concessão de exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira, nos termos e para efeitos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação** -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que garantiu que o Município ia cobrar o valor em dívida (rendas) aos concessionários do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira. As regras iniciais que estavam no contrato iam manter-se e haveria somente, uma substituição na posição do operador que ali estava. O contrato contemplava aquela possibilidade. Na sua opinião aquela era a melhor maneira de resolver toda a situação. -----

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora (PS)** que afirmou não conhecer quem estava naquele momento lá, mas que, o que se apercebeu era que aquele parque era uma autêntica selva e pertencia ao Estado. O Município na altura conseguiu que o parque viesse para a sua administração. Até ao momento o empresário francês que tomou conta teria feito um trabalho espetacular. Em termos humanos, havia uma parte que se tinha de ter em conta perante todo aquele investimento lá. ---

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Prof. Paulo Grego (PS)** que afirmou que o mais importante era como é que se tinha chegado àquele estado. Questionou que garantias havia que a mesma situação não ia voltar a repetir-se. Naquele protocolo viu que o novo contraente ia ter a caução de igual valor, e que não se deixe cair no mesmo erro. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que afirmou que as três partes tinham de estar de acordo naquele contrato, explicou que tinha sido prorrogado o prazo

para pagar a dívida e que o mesmo não foi feito. No entanto, chegou-se a um ponto em que se teve de avançar para o meio judicial. Não foi por falta de tentativas que se tinha chegado àquele ponto. -----

---- Tomou o uso da palavra o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** que afirmou que da forma como aquele assunto estava a ser apresentado era uma mais valia, pois, conseguiu-se o pagamento de algo que não estava a ser feito, o empresário estava satisfeito porque também estava a conseguir chegar a um acordo que lhe interessou e quem quis investir teve as expectativas criadas e de certa forma também pôde vir tentar fazer negócio e para a CMM era positivo. -----

---- Referiu que o processo teve sucesso desde que a CMM há uns anos conseguiu reaver para sua posse a “Pousada De Juventude Praia De Mira – Movijovem”. Houve insucesso nos pagamentos à CMM por parte do empresário que ficou a explorar aquele parque. -----

---- Recordou a tempestade de 19 de janeiro de 2013 em que caíram cerca de uma centena de árvores naquele parque e que logo a seguir o empresário pediu uma extensão de isenção e conseguiu. Entretanto tomou posse outro executivo e geriu o processo até à fase atual. -----

---- Questionou, ainda, se não tinha havido outros interessados. -----

---- Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que julgava que não havia violação da regra da concorrência, porque o contrato manter-se-ia. E quem fez o contrato na altura previu aquela situação, deixando uma cláusula. -----

---- Ressalvou que a própria lei reforçava aquela situação e que poderia ver no artigo nº. 317 e 318 do código da contratação pública. -----

---- **VOTAÇÃO:** -----

---- Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia foi **aprovado por maioria com 4 abstenções do PS e os restantes votos a favor do MAR e PSD.** -----

---- Terminada a ordem de trabalhos o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 27 de junho, pelas 18h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal -----

-----ENCERRAMENTO -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)